Por Paula Abreu

#### MEDIDAS ARROJADAS E TRABALHO DE EQUIPA



# Entrevista PEDRO RAMOS SECRETÁRIO REGIONAL DE SAÚDE E PROTEÇÃO CIVIL

O balanço que o secretário regional da Saúde e Proteção Civil faz deste ano é positivo. Com a pandemia a dominar a atuação governativa, Pedro Ramos assegura que a Madeira tem conseguido proteger a sua população, principalmente os mais vulneráveis. O governante destaca o trabalho de equipa para os resultados obtidos.

## Que balanço pode fazer deste primeiro ano de mandato, fortemente marcado pela pandemia?

Num contexto de pandemia, de uma situação de exceção, nós, Governo Regional, através da Secretaria Regional da Saúde e da Proteção Civil e os seus diferentes organismos, estivemos envolvidos numa resposta que se revelou extremamente positiva. A Madeira não negligenciou a pandemia. Protegeu os seus grupos vulneráveis, os seus profissionais de saúde, tomou medidas assertivas e arrojadas, pioneiras, de forma proactiva, tomadas previamente à própria evolução da pandemia na

Região. Nós nunca chegámos a uma fase de mitigação e tivemos iniciativas para a proteção e para a promoção da saúde pública, correspondentes a fases muito mais avançadas da pandemia. Isso teve bons resultados, porque são aqueles que nós conseguimos apresentar agora em que temos poucos infetados na comunidade educativa, social, da proteção civil, dos profissionais de saúde e, felizmente, até agora não temos um óbito declarado.

Por isso, em relação a este primeiro ano de atividade, de um governo de coligação onde, de facto, fomos chamados dar uma resposta adicional, essa foi con- seguida. E foi conseguida porquê? Porque trabalhámos em equipa.

## Uma medida determinante para evitar a entrada do vírus é a da testagem nos aeroportos. A Região defende que o processo devia ser na origem e não apenas na chegada...

As nossas recomendações nesse sentido não foram aceites pela União Europeia. Posso abertamente dizer que não há uma estratégia coordenada por parte da União Europeia para todos os Estados Membros. Porque a estratégia correta para um turismo seguro era o teste na origem e, de facto, esta recomendação ou obrigatoriedade nunca foi determinada para os seus Estados Membros. A Madeira, sendo um corredor verde, tem de ter menos de 25 casos por 100 mil habitantes por 14 dias. Se começarmos com a média de dez casos por dia, como tivemos na semana passada, os países de transmissão comunitária ativa que não estão a fazer teste na origem estão a enfraquecer a nossa posição em termos de credibilidade, de segurança e em termos de confiança.

#### Tem esperança que com o evoluir da pandemia a nível europeu haja alterações nesse sentido?

Tenho muita esperança. Eu julgo que o Governo Regional tem de continuar a fazer pressão a nível do Governo da República, no sentido de que o teste tem que ser obrigatoriamente feito na origem. E só assim é que o turismo pode ser feito sem qualquer perigo entre os vários Estados Membros da União Europeia. Repare que nós falámos de Estados que estão com uma evolução epidemiológica completamente diferente. Posso-lhe dar um exemplo: a Itália,

que esteve na situação em que esteve, que desconfinou mais tardiamente do que os restantes Estados Membros, que agora, após o desconfinamento, que foi de curta duração, volta a repetir a necessidade de tomar medidas muito restritivas, e uma delas é o uso de máscaras obrigatório ao ar livre até janeiro de 2021.

#### E cá na Madeira, há previsões sobrequando poderá aliviar essa medida?

Trabalhamos com antecipação. Decidimos que não seria em setembro quando tivéssemos a abertura do ano scolar, mas sim já em agosto, em que tínhamos uma previsão, pela Secretaria Regional do Turismo, de quase 70 mil pessoas nesse mês a chegar aos nossos aeroportos. Já chegaram à Madeira cerca de 150 mil pessoas, das quais apenas 53% trazem já o teste. Nós ainda fazemos 47% dos casos do teste aqui na região e todos os casos que desde o dia 1 de julho estão a chegar à Madeira, são importados, excetuando um ou outro que envolve uma transmissão local. O uso da máscara é fundamental. Foi uma iniciativa fundamentada e baseada na experiência de outros países, no caso das máscaras comunitárias. A nossa decisão de obrigatoriedade veio a ser apoiada posteriormente pela Ordem dos Médicos. A própria DGS assumiu muito recentemente que o uso da máscara nos espaços livres deve ser feito quando não se cumpre o distanciamento. Por palavras diferentes, dizem a mesma coisa que a Região.

O dr. Pedro Ramos tem sido o rosto desta questão aqui na região. O peso dessa responsabilidade tirou-lhe o sono? Sim, nós tivemos muitos dias sem dormir. A Madeira foi a primeira região do país a enfrentar a pandemia quando no dia 30 de janeiro, a OMS declarou o estado de emergência global de saúde, e assumiu a existência de uma pandemia nos cinco continentes. Três dias antes, a Madeira tinha já aberto a sua linha de emergência, o SRS 24, três dias depois do dia 3 de fevereiro, apresentamos o nosso plano de contingência. O nosso primeiro caso foi a 16 de março, o primeiro caso em Portugal foi no dia 3 de março. Nós tomamos, de facto, medidas muito proactivas e muitos dias tivemos com o sono trocado, não perdemos, porque nós também precisamos de descansar.

O rosto desta resposta não é o Dr. Pedrp Ramos, é o Governo Regional. É o presi- dente do Governo que é quem tem autoridade máxima da Proteção Civil. Todas as decisões foram tomadas pelo presidente do Governo Regional. Houve e tem havido uma articulação muito positiva com os colegas do Governo.

As restrições em curso estão a afetar seriamente o tecido económico. O Governo prevê aliviar algumas das medidas para, de alguma forma, ajudar o setor a recuperar?

Neste momento com a situação epidemiológica no mundo inteiro e no país e com a abertura das fronteiras, não pode haver relaxamento adicional em relação às atividades que já são permitidas, e que a Madeira retomou e bem de uma forma faseada desde o dia 4 de abril.

A saúde não é só covid, depois deste período em que houve suspensão ou, pelo menos, serviços condicionados, como é que está o retomar da situação em termos da saúde da Região? O Serviço Regional de Saúde teve de se reorganizar no âmbito dos cuidados de saúde primários e no âmbito dos cuidados hospitalares. Não era expectável que houvesse um aumento das cirurgias em lista de espera. Mas, a nível das consultas e procedimentos poderá ter havido um aumento, o que é natural. Nós não podemos retomar a atividade assistencial que o hospital tinha anteriormente ao início da pandemia, porque senão vamos ter uma grande probabilidade de infetar não só utentes, mas a própria resposta hospitalar, os profissionais, o que ainda vai atrasar com períodos de quarentena adicionais. Se houvesse surtos como tem havido nos hospitais em Portugal continental, isso iria atrasar mais a nossa resposta.

O SESARAM pensou a retoma faseada da nossa atividade assistencial, não só nos cuidados de saúde primários como também nos cuidados hospitalares. Hospitalização domiciliária, Hospital de dia, cirurgia de ambulatório, mais consultas por tele-saúde e usando uma arma que é a telemedicina, que vai ter que ser intensificada na Região, nas áreas onde essa pode ser feita, são algumas das medidas.

Fez-se um plano, uma estimativa em que se começou a aumentar a retoma dessa atividade assistencial, primeiro para um terço, depois para metade e atualmente, estamos com uma atividade plena, mas com constrangimentos, porque continuamos a tentar proteger a nossa população.

#### Por causa da pandemia, não ficaram outras áreas da saúde afetadas?



Nº de pessoas em espera

17.289

Foi criada uma área de apoio imediato, logo em março, por parte do Governo Regional, no valor de 20 milhões de euros, que têm sido concretizados e têm permitido contratualizar recursos humanos, repor os estoques de proteção para todos os nossos profissionais, implementar o centro de rastreios do aeroporto da Madeira, e do Porto Santo, onde temos 200 profissionais, 100 da Saúde e 100 do Turismo. Todas essas verbas foram canalizadas para a resposta à pandemia. Mas não ficamos parados. Já discutimos os estatutos do SESARAM; os novos estatutos do conselho diretivo do IASAÚDE, a implementação da Direção Regional de Saúde na região Autónoma da Madeira.

Contratualizamos com 171 profissionais, de uma quota que era de 150 por ano, que estava no programa do governo, mas desde o ano passado, muitos têm vindo a colaborar connosco, com a Saúde e com a Proteção Civil. No que diz respeito aos recursos humanos, os números são também uma das indicações, quando se atravessa uma pandemia, onde investimento na área da saúde tem que ser feito. E é isso que a Região Autónoma da Madeira está a fazer.

#### Continua a haver muitas carências a esse nível...

As carências que existem são dinâmicas, na última semana ultrapassamos o número de 2000 enfermeiros, com o acolhimento a mais 50 enfermeiros. Em relação aos médicos, continuamos a ter muitas dificuldades na nossa articulação

com o Ministério da Saúde, com a Ordem dos Médicos, com a Administração Central dos Serviços de Saúde Portugueses, no sentido de que anualmente não correspondem aos nossos pedidos. Este ano, nós tínhamos cerca de 100 vagas, perfeitamente controladas: 40 para o Internato de Formação Geral e cerca de 60 para o Internato de Formação Específica. Já tínhamos tudo conjugado com os hospitais, onde parte dessa formação iria ser feita, mas continuamos a ficar defraudados com aquilo que são os resultados e com o apoi que é dado. Por exemplo, na Saúde Pública há dois, três anos que pedimos duas vagas e nunca foram dadas, porque só temos um médico de Saúde Pública na região, que é Dr. Maurício Melim. Fizemos uma contratualização este ano, e fomos buscar uma especialista madeirense que trabalhava no continente, mas não conseguimos abrir vagas. Queremos médicos para a Oftalmologia, mas o Colégio de Especialidade de Oftalmologia não abre vagas suficientes ao nível do país. Há especialidades, em que temos facilidade, como a Medicina Interna, Medicina Intensiva, a Ginecologia, Ortopedia...

## Ainda recentemente o JM dava conta que os médicos ficaram surpreendidos por terem recebido 250 euros do subsídio de fixação em vez dos 700 prometidos. Como explica esta situação?

Foi mais um compromisso assumido pelo Governo Regional que só não é concretizado de forma total, precisamente pela pandemia que estamos a atravessar, e porque de facto, existem outras necessidades no Serviço Regional de Saúde. Mas achamos que os profissionais não devem ser penalizados, por essa situação, até porque são eles que têm tido resposta principal, desta resposta da Madeira à pandemia. Concretizamos agora 250 euros para este ano de 2020, 500 euros a partir de 2021 e 700 euros a partir de 2022.

O projeto para a construção do Novo Hospital tem tido avanços e recuos. Acredita que é desta vez que se vão cumprir os prazos?

Acredito e o Governo Regional está firmemente empenhado nesta situação. Está a decorrer o concurso e estamos à espera das propostas para o concurso da escavação, que é à parte, porque foi assim que o Governo Regional entendeu, dada a ausência de candidaturas no projeto inicial. Mas, o novo Hospital do Funchal será uma realidade. Em termos do que deve ser a Saúde para os próximos anos, nós estamos a implementar a estratégia para que a nova governança clínica se possa de facto consolidar com o aparecimento de uma nova casa, que tem menor dimensão, menos número de camas, mas tem mais possibilidades em termos de cirurgia de ambulatório, em termos de hospital de dia, e a própria hospitalização domiciliária, dentro de 5 a 7 anos, estará muito desenvolvida, na Região. Os profissionais têm de estar preparados para isso, a investigação tem de estar preparada para isso. Existem vários projetos em curso, um deles dá formação a todos os profissionais com capacidade de decisão, neste momento, fazer o programa da alta direção da Saúde, entre outros.

#### No orçamento regional para o próximo ano, as verbas para a sua Secretaria serão reforçadas?

Já no orçamento suplementar foi reforçado, no valor de 115 milhões de euros, uma verba extremamente útil para enfrentarmos estes meses da pandemia, e a continuidade daquilo que vai ser o papel do Serviço Regional de Saúde e de Proteção Civil, na Madeira. Naturalmente, esperamos que a Saúde continue a ser contemplada por parte do orçamento regional, como até agora. Nós temos que modernizar os serviços, tornar mais eficiente a nossa gestão na área da Saúde, porque o Instituto da Administração da Saúde gere um dos maiores orçamentos a nível regional, superior a 300 milhões de euros. Se pensarmos que o investimento do Governo Regional na Saúde é prioritário, isso correspondeu, na última legislatura, a um orçamento regional na sua totalidade, de 2000 milhões de euros nos últimos cinco anos.

### Restrições nos lares são para continuar

As visitas aos idosos que se encontram nos lares e estruturas de acolhimento continuarão restritas e por tempo indefinido, para já. Pedro Ramos assume que não haverá alívio a este nível, lembrando não só o drama que se vive nos lares do continente, com muitos infetados, como também o facto de os profissionais destas instituições e familiares dos utentes viajarem e, se não fosse o centro de rastreio à chegada, a situação na Madeira poderia ser bem diferente. "Enquanto a situação no país não melhorar – porque está a enfrentar uma segunda onda neste momento, que atinge indiretamente a Região, porque recebe passageiros que testam positivo e que vêm de Lisboa e Vale do Tejo, por exemplo, - não temos condições para melhorar um pouco esta medida nos nossos lares".

### 200 a mil adeptos no regresso aos estádios e monitorizados por plataforma

A Secretaria Regional de Saúde está a preparar um projeto piloto para monitorizar o regresso do público aos estádios de futebol. Pedro Ramos fez saber à DGS e ao presidente da Liga de Clubes (e aguarda resposta) que "todos os atletas de todas as modalidades regionais serão testados na Região, à responsabilidade do Governo Regional, mas os restantes atletas das equipas adversárias que vêm para a Madeira, a responsabilidade terá de ser dos clubes".

"Haverá uma nova reunião no final de outubro, ao nível do Governo da República, quais os resultados desta nova abertura dos adeptos nos estádios", lembrou, divulgando que a Madeira vai avançar com um projeto piloto. Até ao final do mês, e com base nos resultados do regresso do público nos jogos que estão a decorrer a nível nacional, "vamos tomar decisões indo ao encontro das nossas necessidades da população, porque os jogos sem público não têm a mesma beleza. Jogos com público podem ter a beleza anterior, mas com segurança e confiança". Assim, nos primeiros jogos a decorrerem na Madeira, que terão entre 200 a mil adeptos presentes - em que à semelhança do continente, estes serão sujeitos à medição de temperatura e higienização das mãos, a SRS pretende criar uma plataforma para "seguir durante um período de tempo essas pessoas, para ver se tudo funcionou com segurança".

Polémicas ou não, as medidas que a Região tem implementado para fazer face à pandemia serão para continuar. Pedro Ramos não admite, para já, relaxamentos a esse nível, dados os resultados que a Madeira tem tido no controlo da pandemia. "Neste momento, com a situação epidemiológica no mundo inteiro e no país e com a abertura das fronteiras, não pode haver relaxamento adicional em relação às atividades que já são permitidas", assevera o principal responsável pela resposta à covid-19 na Madeira.

PRÉMIO PARA PROFISSIONAIS NA LINHA DA FRENTE A Região quer premiar os profissionais de saúde que têm estado na linha da frente do combate à pandemia, com mais 55% do ordenado e um dia de férias adicional. "Vamos ver o timing próprio para concretizar", realçou Pedro Ramos.

#### 'MADEIRA SAFE' É MAIS EFICAZ DO QUE 'STAY AWAY COVID'

A 'Stay Away Covid', criada pelo Governo da República, conta com mais de dois milhões de adesões, mas apenas 46 registos de infetados. A aplicação, da qual a Madeira não faz parte, não é eficaz. Na Região, foram desenvolvidos o 'Madeira Safe to discover' e o 'Madeira Safe' que seguem os casos positivos da Madeira. "Temos duas plataformas que permitem fazer o seguimento como deve ser".

XIII GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA



1 ANO

#### Outras medidas executadas 2019/2020

## SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL

AQUISIÇÕES REALIZADAS PARA REFORÇAR	
CAPACIDADES OPERACIONAIS	
Manutenção preventiva e corretiva do material de SD	
3 1	90 828,84 €
2. Projeto de sensibilização por realidade virtual	129 036,27 €
3. Camaras Térmicas	13 906,13 €
4. Aquisição de espumífero	60 672,00 €
5. Aquisição de ecógrafo portátil para EMIR	11 132,00 €
<ol> <li>Reforço da área das comunicações de emergência</li> </ol>	
	34 526,41 €
<ol><li>Aquisição de capsulas de transporte COVID 1</li></ol>	9 14 637,00 €
8. Dotação do Porto santo com PMA	7 683,60 €
<ol><li>Dotação do Porto Santo com material para multivitimas</li></ol>	
	9 157,65 €
10. Aquisção de material para a área da formação 56 678,21 €	
11. VCOT's	430 346,50 €
12. Botas não técnicas	91 143,00 €
13. Tripé com molinete	23 419,00 €
14. Mascaras com circuito fechado – IURT	13 245,00 €
15. Material de desencarceramento pesado	49 876,50 €
16. Aquisição veiculo EMIR 4x4	40 000,00 €
TOTAL 1 076 288,11 €	

# INVESTIMENTO NA FORMAÇÃO E REFORÇO DA CAPACIDADE OPERATIVA CERTIFICAÇÃO INEM

Tendo em vista a importância de certificar os formadores da área da emergência pré- hospitalar através da metodologia INEM, o SRPC,IP-RAM desencadeou junto daquela instituição o processo de certificação garantindo que todos aqueles que frequentam os cursos na RAM vêm reconhecida a sua formação em todo o território nacional.

Madeira Região Resiliente; XIII Encontro Nacional de Riscos (evento mobilizou mais de 130 participantes)

### FICHAS DE SEGURANÇA AUTOMÓVEL

O SRPC, IP-RAM, assinou um protocolo com a empresa CSANTOS V.P. em janeiro de 2020, com vista à divulgação da importância das Fichas de Segurança Automóvel e a sua distribuição nos veículos vendidos ou que se desloquem às oficinas para revisões.

## PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A AREAM

Em Agosto de 2020, o SRPC,IP-RAM estabeleceu uma parceria com a AREAM - Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira com vista à preparação de formação técnica específica em veículos elétricos para os Bombeiros da RAM.

## CURSO CTESP EM PROTEÇÃO CIVIL.

Em Janeiro de 2020 foi assinado um protocolo entre a Universidade da Madeira e o SRPC,IP-RAM com o objetivo de estabelecer as formas de cooperação para a organização e implementação do Curso Técnico Superior Profissional em Proteção Civil (CTESP) na RAM. A primeira versão do curso ocorre no ano letivo 2020/2021 tendo tido cerca de 180 candidatos para 24 vagas. No âmbito do protocolo, metade das vagas disponibilizadas destinam-se a agentes de proteção civil.

## ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS - 73 CURSOS PROMOVIDOS -

neste último ano foram promovidos 73 cursos destinado aos profissionais da área da proteção civil da RAM.

## SERVIÇO DE SAÚDE DA RAM

# VALORIZAÇÃO INTERNA DOS RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DE CONDIÇÕES DE TRABALHO

Uma das orientações estratégicas do XIII Governo Regional para a Região Autónoma da Madeira, no que respeita ao sector da saúde, é o de antecipar os desafios que a Região Autónoma da Madeira enfrenta para uma década, no que diz respeito ao planeamento de Recursos Humanos do SESARAM, EPERAM.

Um dos objetivos do Governo Regional é consolidar uma verdadeira política de atratividade e retenção dos profissionais para o Sector Regional da Saúde, investir num planeamento integrado dos Recursos Humanos que articule com a formação médica, designadamene na área das especialidades médicas carenciadas, promover condições de trabalho estáveis e dignas que estimulem o trabalho em equipa, favorecer o equilíbrio remuneratório entre os vários grupos profissionais de saúde, criar um quadro institucional, por um período a definir que permita contratar alguns profissionais que atualmente já não pertencem ao quadro da função pública e que manifestem a sua disponibilidade para aceitar as condições proposta como uma mais-valia.

Depois da conclusão do conjunto de medidas que beneficiaram diretamente os grupos de profissionais de enfermagem e dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica, este último ano foi muito importante para que o SESARAM levasse a acabo um outro conjunto de medidas, em matéria de recursos humanos, que contemplasse outros grupos profissionais.

Assim, várias medidas têm sido desenvolvidas:

## REGULARIZAÇÃO DO SIADAP - SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS TRABALHADORES

Alteração de posicionamento remuneratório em curso nas carreiras Gerais, técnico superior, assistentes técnicos e assistentes operacionais, e ainda técnico superior de saúde (pagamento em Outubro/20 do resultado do biénio 2015/2016; pagamento em Dezembro/20 do resultado do biénio 2017/2018 no valor global de cerca de 1.5M€)

### Estas regularizações abrangem:

1461 trabalhadores da carreira de Assistente Operacional;

540 trabalhadores da carreira de Assistente Técnico;

145 trabalhadores da carreira de Técnico Superior;

92 Técnicos Superiores de Saúde.

#### CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM A ACSS

(agilização de procedimentos concursais e divulgação nacional) Celebração de protocolo entre a Administração Central do Sistema de Saúde, R.P. (ACSS) e o SESARAM, EPERAM com o fito de fazer a divulgação, no portal institucional da ACSS, dos procedimentos concursais para recrutamento de profissionais de saúde promovidos pela SESARAM. O protocolo está em vigor desde o dia 18 de setembro de 2020.

# REGULARIZAÇÃO DA ADSE E CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÃO (MEDIDA QUE BENEFICIOU 281 PROFISSIONAIS)

De acordo com o artigo 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 8/2020/M, de 13 de julho, diploma que alterou os Estatutos do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, renovação de direitos na ADSE a partir de 01/08/2020. Nos seguintes termos:

- -- 46 profissionais das carreiras gerais recuperaram o vínculo público e 235 profissionais que detinham Contrato Administrativo de Provimento e que aquando da transição para empresa pública (2003) não transitaram para o vínculo público. Ficaram abrangidos por esta medida, até à data, um total de 281 trabalhadores.
- -- Estão em curso diligências para contemplar a reinscrição na CGA.

## REFORÇO DE RECURSOS HUMANOS DO SESARAM COM A ENTRADA DE 388 NOVOS PROFISSIONAIS MOBILIDADE INTERCARREIRAS DESDE 15/11/2019 - 96 PROFISSIONAIS BENEFICIARAM DESTA MEDIDA

IMPLEMENTAÇÃO do suplemento remuneratório – subsídio de lavagem de 43,21 euros – efeitos a 1 de Outubro de 2019;

## IMPLEMENTAÇÃO DO SUPLEMENTO REMUNERATÓRIO AOS ASSISTENTES OPERACIONAIS de 40,00 euros-

(1750 PROFISSIONAIS BENEFICIADOS) – efeitos a 1 de janeiro de 2020; meses de janeiro e fevereiro pagos em Setembro; março a agosto no mês de outubro.

Atribuição do SUBSÍDIO DE FIXAÇÃO AOS MÉDICOS DO SESARAM – (607 MÉDICOS ABRANGIDOS) – com efeitos a 11 de agosto de 2020;

## CRIAÇÃO DA CARREIRA DO MÉDICO DENTISTA

- (processo legislativo em curso)

Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece uma carreira própria no Serviço Regional de Saúde para o médico dentista, reconhecendo a sua diferenciação profissional.

### REGULARIZAÇÃO DA CARREIRA DOS FARMACÊUTICOS O SESARAM, EPERAM

assinou a Portaria de Extensão n.º 5/2020, a qual foi publicada no JORAM, III Série,n.º 6, de 27 de março de 2020, permitindo a aplicação do mesmo regime jurídico a todos os profissionais do SESARAM integrados nas carreiras farmacêuticas;

## **TÉCNICOS SUPERIORES DE SAÚDE (TSS):**

Integração dos trabalhadores Técnicos Superiores de Saúde (TSS), vinculados por contrato de trabalho de direito privado, detentores do grau de especialista atribuído nos termos da legislação aplicável aos trabalhadores da carreira de técnico superior de saúde com vínculo de emprego público, na categoria de Assistente da carreira de técnico superior de saúde.

# INSTITUTO MODERNIZOU-SE, COMPARTICIPOU MEDICAMENTOS E AGILIZOU PROCEDIMENTOS

- Comparticipação atempada aos utentes, dosencargos resultantes da prestação de cuidados de saúde ao abrigo de acordos, protocolos ou convenções celebradas com entidades privadas de saúde;
- Comparticipação de medicamentos aos subsistemas de saúde da GNR e PSP. Em fase final está o processo de comparticipação de medicamentos aos beneficiários da ADM.
- Comparticipação de produtos de ostomia, bem como de leites e produtos diatéticos diretamentenas farmácias da RAM;
- Integração no PRV das novas orientações definidas pelo PNV em matéria de vacinação (IASAÚDE adquiriu 2700 vacinas contra o HPV para os rapazes e outras 5500 contra o Meningococo B)
- Implementação do Programa +Visão (inicio out. 19) n Implementação do Programa KIT Bebé (em janeiro de 2020 o valor a atribuir às famílias passou para 500 euros);
- Alargamento da convenção PEACS para a área de Cardiologia, com vista à diminuição das listas de espera para a realização de exames no serviço público da RAM.
- Operacionalização dos contratos no âmbito da Rede de Cuidados Continuados Integrados da RAM, nomeadamente com a Dilectus e Atalaia.
- Implementação de um novo sistema de agendamento para o atendimento nos reembolsos, quer via telefone, quer via WEB.
- Alteração e simplificação da modalidade do registo prévio para a entrega dos documentos para reembolso.
- Realização e entrega da 2ª versão do documento da "Carta de Equipamentos Médicos em Saúde".
- Criação de novas ferramentas informáticas para auxiliar todo o processo de conferências dos MCDT;
- Criação de plataformas eletrónicas com vista a operacionalização dos Programas de Saúde (Ex.Mais Visão).
- Modernização e optimização das infra-estruturas tecnológicas para o cumprimento de novos métodos de trabalho.
- Manutenção da vigilância epidemiológica de várias doenças transmissíveis e não transmissíveis;
- Implementação de várias campanhas de Educação para a Saúde, dando especial preferência à divulgação através dos meios digitais durante o período de pandemia;
- Manutenção do sistema de vigilância entomológica para o mosquito Aedes Aegypti e reforço de medidas de controlo vectorial;
- Lançamento antecipado da campanha de vacinação contra a gripe 2020-2021, alargando a vacinação gratuita a mais grupos grupos de risco;
- Participação em estudos de investigação científica de cariz nacional e internacional em área como a epidemiologia das doenças emergentes, genética e saúde pública;
- Desenvolvimento do programa de formação multisectorial do sistema regional de saúde.

In "JM-Madeira"